

## A DIREITA E AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: A DITADURA MILITAR BRASILEIRA EM FOCO

*Gisele dos Reis Cruz\**

Este artigo tem por objetivo discutir a relação entre a ditadura militar pós-64 no Brasil e um determinado plano de desenvolvimento econômico, defendendo a ideia de que o discurso do “perigo vermelho”, leia-se movimento comunista, teria sido tão somente uma tática para arregimentar apoio a uma estratégia de desenvolvimento socioeconômico. Em primeiro lugar, é preciso destacar que a ascensão ao poder de um determinado projeto político não se dá sem o embate com correntes ideológicas ou movimentos contrários, de modo que a conquista ou não do poder irá depender das alianças e estratégias empreendidas durante o processo político.

Enfatizo isso porque, embora esse artigo trate de um determinado modelo de desenvolvimento econômico que veio a ser posto em prática pelos governos militares pós-golpe de 64, não estou querendo dizer que o ocorrido seria inevitável em função da necessidade de acumulação de capital. Pelo contrário, a ascensão dos militares ao poder na década de 60 se deu devido a uma conjunção de fatores, entre eles a defesa por um seletivo grupo de um plano de desenvolvimento econômico centrado no capital internacional.

Diversos estudos voltados para regimes autoritários tendem a relacioná-los com estágios específicos do processo industrial, apontando a repressão política e a tentativa de desestruturação das classes trabalhadoras como estratégias de ação voltadas para o alcance de um modelo de crescimento econômico. Guilherme O’Donnell, por exemplo, nos fala da aproximação entre um projeto de industrialização e regimes autoritários. Para o autor, à época do golpe de 64, o modelo econômico denominado substituição de importações teria atingido um nível em que o crescimento econômico exigia regimes autoritários para regular os conflitos. Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, dizia que o processo de acumulação de capital necessita de formas autoritárias de gestão, desarmando as classes populares e reestruturando os mecanismos de acumulação (Figueiredo, 1993).

O golpe de 64 representaria a vitória de um determinado projeto político, em um contexto de intenso conflito entre forças à direita e à esquerda do espectro político, mas também entre setores da direita. O pano de fundo era a crise econômica existente no início da década de 60. Como afirma Ianni, essa crise se manifestou na redução do índice de investimentos, na diminuição da entrada de capital externo, na queda da taxa de lucro e no agravamento da inflação. Aliado a esse contexto, ocorreu também uma aceleração da politização das massas urbanas, expressas em campanhas de reivindicações salariais e no fortalecimento de idéias revolucionárias radicais, de cunho nacionalista e socialista (Ianni, 1979).

Ainda dentro desse contexto de crise econômica e política, os governos de Jânio Quadros e João Goulart tentaram propor novos programas de desenvolvimento econômico, o que implicava em optar por duas estratégias de desenvolvimento: favorecer a expansão econômica, baseado no fortalecimento do capital nacional ou continuar o processo de internacionalização da economia, privilegiando o modelo de associação com o capital estrangeiro. Segundo Ianni, nenhum dos dois governos teve facilidade de resolver a contradição entre essas duas estratégias, que colocavam em oposição duas forças políticas: as que defendiam o capitalismo associado e as que defendiam o capitalismo independente. Ou seja, no interior da própria direita, havia discordâncias em relação ao modelo de desenvolvimento a ser adotado. Essas duas correntes se contrapunham ainda às correntes socialistas, que lutavam contra o capitalismo.

Goulart tentou pôr em prática uma política econômica planejada, o chamado Plano Trienal, que visava a realização de um diagnóstico detalhado dos fatores responsáveis pelo desequilíbrio e estrangulamento da economia. Porém, Goulart teve grandes dificuldades para colocá-lo em prática, pois as medidas contidas no Plano Trienal eram muito impopulares, ameaçando o pacto popular no qual se baseava o governo. Aliado a isso, Goulart encontrou grandes obstáculos para desenvolver as reformas de base, principalmente a reforma agrária, contra a qual se mobilizavam todas as forças políticas tradicionais contra o governo, que eram maioria no Congresso. E como o nacionalismo econômico era um dos principais elementos da ideologia governamental, as forças industriais ligadas ao modelo de desenvolvimento associado ao capital estrangeiro faziam oposição ao governo.

Por este ângulo, podemos avaliar o golpe de 64 como sendo uma resposta dos setores econômicos dominantes que se sentiam ameaçados em seus interesses pela proposta de uma nova estratégia de desenvolvimento contida no Plano Trienal, que preconizava, entre outras coisas, a reforma agrária e um modelo econômico para o capitalismo brasileiro, de base nacionalista. Estes setores eram principalmente os grandes proprietários de terras ligados à economia agrário-exportadora e os industriais ligados e associados ao capital estrangeiro.

A influência dos empresários e tecno-empresários ligados ao capital multinacional nos acontecimentos políticos a partir de 64 foi analisada por Dreifuss, quando este afirma que determinados postos-chave dos governos militares foram ocupados por elementos ligados a esses setores. Segundo o autor, através da acumulação de diretrizes políticas e econômicas, estes setores procuravam preservar o modelo de desenvolvimento econômico ligado ao capital estrangeiro, utilizando-se de táticas empregadas para enfrentar a insubordinação das classes dominadas contra o regime imposto. As demandas dos setores do capital multinacional e associado foram inseridas num programa modernizante-conservador mais amplo, como forma de obter apoio de outros setores (Dreifuss, 1986).

Mendonça vai por um caminho parecido quando que o golpe de 64 teria representado também o afastamento dos setores atrasados das classes dominantes, com a conseqüente monopolização do poder pela burguesia industrial e financeira. Segundo a autora, os governos militares teriam dado continuidade ao modelo econômico inaugurado em 1955, tendo a repressão política garantido o modelo de desenvolvimento econômico almejado pela elite industrial ligada ao capital multinacional (Mendonça, 1986).

A crise econômica vivida pelo Brasil no período anterior ao golpe revelava uma queda brusca na taxa média anual de crescimento do PIB, de modo que, entre 1963 e 67, o crescimento econômico brasileiro caiu pela metade, gerando um intenso debate sobre a natureza das reformas econômicas necessárias para retomar as taxas históricas de expansão da economia. Até então, o modelo de substituição de importações, inaugurado na década e 30, com Getúlio Vargas, ainda era preponderante, pois o investimento industrial era praticamente financiado pelas exportações de produtos primários. Sendo assim, perguntava-se quais as mudanças na

política econômica e que reformas institucionais deveriam ser feitas para viabilizar a continuidade do desenvolvimento brasileiro (Mendonça, *Ibidem*).

### 3. Estruturalistas, cepalinos, liberais e o golpe de 1964

Nesse contexto, surgiram duas interpretações representadas pelos estruturalistas, de um lado, e pelos cepalinos, de outro. Os primeiros consideravam que as características herdadas da antiga inserção brasileira na economia internacional – baseada na exportação de produtos primários tropicais – e os mecanismos de concentração de renda estariam na origem da perda de dinamismo brasileiro. Segundo a tese estruturalista, o sucesso do modelo de substituição de importação deveu-se a uma situação de desequilíbrio externo duradouro, pois a partir da depressão de 30, a queda do valor das exportações brasileiras reduziu a capacidade de importar do país, de modo que era preciso atender à demanda por bens e serviços internos.

Dessa forma, as possibilidades eram 3: aumentar a oferta interna pela maior utilização da capacidade produtiva já instalada; aumentar a oferta de bens e serviços independentes do setor externo; ou instalar novas unidades produtivas para substituir os bens anteriormente importados. O processo de substituição de importações foi o adotado, levando ao desenvolvimento de outras atividades, pois à medida que se desenvolvia a oferta de bens e serviços de consumo, surgiam novas demandas por outras importações, agora bens intermediários e de capital. Como havia dificuldade de conseguir divisas para sustentar as novas importações, uma outra onda de substituição vigorava.

Quanto mais avançava o processo de substituição de importação, mais se investia em atividades de maior sofisticação tecnológica, que absorviam menos mão-de-obra, de forma que era preciso encontrar um setor que absorvesse esse contingente de trabalhadores para que houvesse consumidores para os bens e serviços produzidos. Essa missão ficou para a agricultura, pois a medida em que o setor agrícola absorvesse parte da população ativa, a renda resultante geraria uma demanda pelos produtos industriais, alavancando o crescimento econômico. Porém, a estrutura fundiária brasileira não gerava produtividade pois a remuneração do trabalhador rural era muito reduzida, contribuindo para o agravamento da concentração de renda e limitando o consumo de bens industriais. Assim, a continuidade da industrialização

dependia do aumento da renda urbana, de modo que uma parte relativa da população formasse um mercado consumidor de produtos industriais sofisticados.

O que os estruturalistas percebiam é que a economia tendia a entrar em estagnação, sendo necessária a mudança do modelo econômico, implantando um modelo autossustentado, no qual os trabalhadores pudessem consumir o que produziam. Esta transição dependeria da ação do Estado, isto é, de investimentos governamentais que pudessem exercer uma demanda capaz de compensar a redução do impulso gerado pela substituição de produtos importados. Era preciso também mecanismos para superar a deficiência da demanda interna, sendo necessária uma reforma agrária que contribuísse para a ampliação e a diversificação do consumo doméstico e para a melhoria da distribuição da renda. No início da década de 60, esse conjunto passou a ser chamado de reformas de base.

Uma outra corrente, representada pelos economistas liberais, defendia um modelo liberal de economia de mercado, indo contra a ação do Estado, cujo papel deveria ser meramente o de garantir estabilidade monetária e um modelo de tributação que incentivasse os investimentos. O crescimento econômico viria como resultado da resposta da iniciativa privada às condições econômicas favoráveis. Para os liberais, eram exatamente o excesso de intervenção estatal e o descaso com a estabilidade econômica as principais razões da persistência do atraso econômico brasileiro. Assim, a raiz do problema estaria no que chamaram de populismo econômico que, acreditava-se, era de três ordens: o populismo fiscal, que levava o Estado a gastar além de sua capacidade de arrecadação; o populismo na política de crédito, que fazia com que o investimento fosse feito não com o crescimento da poupança interna, mas com a expansão monetária, gerando inflação; e o populismo salarial, que levava ao aumento da folha de pagamento além da produtividade.

O debate entre estruturalistas e liberais foi resolvido com o golpe de 64, que determinou a vitória da estratégia econômica defendida pelos liberais. A prioridade da nova equipe econômica era reverter a inflação, sendo a primeira medida a redução do déficit público, com o envio ao Congresso de um novo orçamento redefinindo despesas para o ano de 64. Acreditava-se que o combate à inflação implicava em liberar os preços reprimidos das tarifas públicas, câmbio e produtos subsidiados, gerando uma inflação corretiva. Essas medidas permitiam enfrentar o déficit público

que, para ser resolvido definitivamente, necessitava de reformas no sistema tributário e na política salarial. A reforma tributária era importante porque era preciso elevar a disponibilidade de recursos para os investimentos do governo, já que a diminuição dos gastos públicos não poderia ser resolvida com a diminuição dos investimentos em áreas essenciais.

O mecanismo de reajuste dos salários, para que não mais gerasse pressões inflacionárias, levou à despolitização das negociações salariais, adotando-se uma fórmula considerada neutra, baseada na recomposição de perdas com a inflação e na incorporação aos salários da produtividade da economia. Pretendia-se aumentar a flexibilização da contratação e demissão da mão-de-obra, substituindo-se as indenizações pagas pelo empregador pelo mecanismo do FGTS, sendo uma poupança compulsória. Foi preciso também, intervir nos sindicatos para evitar a eclosão de movimentos grevistas.

Contudo, esse conjunto de reformas deu-se em um contexto de baixo crescimento econômico e de grande insatisfação popular com os rumos da economia, de modo que o presidente Castelo Branco sentiu a necessidade de fechar o sistema político para dar continuidade ao programa econômico. Era preciso também algumas medidas para facilitar a atração de investimento, dando origem à Lei de Remessa de Lucros, que até então considerava apenas o capital originalmente investido como capital estrangeiro para efeito de cálculo de remessa de lucros. O novo sistema legal reconhecia como investimento tanto o montante originalmente aplicado como os reinvestimentos dos lucros obtidos. O aumento do financiamento externo e as condições favoráveis ao aumento das exportações criaram um clima favorável á retomada do crescimento econômico brasileiro.

O governo militar posterior, assumido pelo presidente Costa e Silva, encontrava-se em um quadro recessivo e suas primeiras medidas pareciam ser uma continuidade das políticas anteriores, baseadas na redução do papel do setor público e no aumento da participação do setor privado. Contudo, o crescimento dos movimentos de oposição recomendava uma preocupação maior com a retomada do crescimento. No plano político, buscava-se mecanismos de legitimação que ultrapassassem os argumentos de que o regime era necessário para se restabelecer a ordem econômica e política ameaçada. Porém, a manutenção da política de ajuste econômico promovida

por Castelo Branco não permitia a retomada do crescimento e nem tampouco o restabelecimento da ordem democrática, demandas sociais que ganhavam força na sociedade. Nesse momento, Carlos Lacerda, o governador da Guanabara, iniciou uma frente ampla com o objetivo de promover o retorno dos civis ao poder.

Nesse contexto, era necessário alterar as prioridades da política econômica para se obter a chamada “legitimação pela eficácia”, que seria alcançada mediante reformas e um plano desenvolvimentista. Sendo assim, taxas maiores de crescimento deveriam ser obtidas através dos gastos públicos, articuladas com uma política gradual de controle da inflação.

A repressão aos movimentos de oposição, contudo, permaneceu, com o AI 5 cassando os direitos políticos dos adversários. Com a posse do novo presidente, Emílio Médici, o regime assumiu o seu formato mais autoritário, derrotando seus adversários, ajudado pelo inesperado sucesso no campo econômico. Em 70, novos objetivos nacionais e metas estratégicas são definidas, com o intuito de superar o subdesenvolvimento, de forma a reduzir a distância que separava o Brasil dos países desenvolvidos. A satisfação das demandas por crescimento econômico era uma das preocupações do governo.

No início da década de 70, os efeitos da nova política econômica se fizeram sentir, sendo o período conhecido como milagre brasileiro, pois houve uma alta elevação das taxas de crescimento, a partir do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Este programa deu prioridade a grandes investimentos nos setores de siderurgia, petroquímica, construção naval, energia elétrica, comunicações, etc. O que ocorreu foi uma mudança de ênfase da política econômica. Se no governo Castelo Branco era preciso combater a inflação, implantando-se reformas estruturais, no governo Médici, a taxa de inflação já caía, o que indicava a existência de uma margem para a retomada do crescimento.

Como a inflação já caía por meio de uma política de contração da demanda, não era mais preciso conter o aumento dos salários, aliado ao fato de que a maior demanda por trabalho acabou por elevar o salário médio, gerando maior consumo interno. Ademais, a forma de organização do sistema financeiro mudou em direção à centralização dos capitais bancários, formando-se grandes conglomerados

financeiros. Isso permitiu a ampliação do crédito, principalmente ao setor agrícola, concedendo-se isenções fiscais para reduzir o seu custo, o que permitiu a elevação da oferta de alimentos para o mercado interno e o aumento das exportações. A exportação de manufaturados também foi obtida com o aumento do crédito, que também foi elevado para os consumidores em geral adquirirem bens de consumo duráveis. Aliado a tudo isso, investiu-se em construção civil, permitindo a expansão do emprego para a população de baixa qualificação, dividindo-se o setor em dois ramos: construção residencial e construção pesada. Este último foi beneficiado pela grande expansão da demanda estatal por obras de infraestrutura.

Porém, apesar do crescimento econômico, este não se traduzia em distribuição equitativa, pois a renda concentrava-se ainda mais. Constatava-se que a distribuição de renda havia piorado na década de 60. Diante desse quadro, algumas interpretações surgiram, dentre as quais se destaca a tese de Celso Furtado, que afirmava o seguinte: a partir da crise do processo de substituição de importação, teria ocorrido a transição para um novo tipo de desenvolvimento capitalista, reforçando traços perversos como exclusão social, concentração espacial e baixa produtividade de certos setores. A estagnação econômica teria sido resultado do estrangulamento da demanda causado pela concentração de renda. Maria da Conceição Tavares e José Serra, por sua vez, enfatizavam que o modelo de compressão salarial teria sido funcional ao sistema e não meramente uma barreira à expansão da demanda. Como a renda concentrava-se, a expansão do mercado interno se deu através do crescimento e da diversificação do consumo das classes médias e altas. (Tavares, 1972) Sobre esse ponto, Furtado também afirma que, a partir da década de 60, buscou-se dinamizar a demanda da classe média alta mediante formas de financiamento que subsidiassem o consumo. Assim, era possível ampliar certas faixas de consumo sem alterar a política salarial, formando um mercado capaz de superar a tendência à estagnação resultante do baixo crescimento da demanda da massa de trabalhadores (Furtado, 1972).

O fato é que a política econômica empreendida pelos militares pós-64 reforçam a vinculação entre regimes autoritários de direita e determinados projetos de desenvolvimento econômico. A própria atuação militar nesse período se apresenta como peculiar, tendo em vista o propósito de garantir uma determinada posição do Brasil em um cenário internacional marcado pela oposição entre comunismo e capitalismo. Tratava-se de afirmar a opção pelo governo brasileiro de um modelo



econômico centrado no capitalismo industrial, atribuindo então aos militares um novo papel na política.

Até 1964, os militares intervinham na política somente para restabelecer a ordem institucional quando esta estava ameaçada, sem que isso significasse condução direta do Estado, sendo este logo assumido pelos civis. Sendo assim, as Forças Armadas eram reconhecidas como poder moderador, pois suas ações estavam subordinadas ao aparelho do Estado, dentro dos limites da lei. O seu papel se limitava em reforçar a autoridade pública, centralizando as ações políticas e administrativas no aparelho do Estado, como forma de se controlar a mobilização sóciopolítica. As constantes intervenções das Forças Armadas criaram uma cultura militar no Brasil, de modo que a intervenção militar na esfera política aparece como legítima e necessária para a preservação dos interesses da nação, cabendo-lhes o direito e o dever de arbitrar as crises políticas. A tomada do poder pelos militares em 1964 significou uma política de desestabilização que envolveu empresas nacionais e transnacionais, o governo americano e os setores das Forças Armadas originários da Escola Superior de Guerra, todos com o objetivo de garantir a manutenção do Brasil no rumo capitalista. Assim, a partir de 64, os militares assumem diretamente o papel de condutores do Estado, afastando os civis do processo de participação e decisão política, sob a égide da Doutrina de Segurança Nacional (Borges, 2003).

A Doutrina de Segurança Nacional, ministrada na Escola Superior de Guerra, representava a justificação ideológica para a intervenção militar, de forma que os militares abandonaram sua ação arbitral-tutelar, apenas restauradora da ordem institucional, para desempenharem o papel de dirigente. Durante os 21 anos de regime militar, não houve alternância partidária de poder, mas somente entre as correntes militares que trafegavam no seio das forças Armadas. Porém, embora tenha havido uma continuidade ininterrupta de generais no poder, estes pertenciam a correntes ou partidos diferentes, embora com propósitos semelhantes, ligados a um modelo específico de desenvolvimento econômico. O regime militar foi duradouro porque permitiu a permanência no poder da coalizão que assumiu o controle do Estado desde 64. Mas foi também mutável porque a forma assumida pelo Estado variou de acordo com a corrente militar que estivesse no poder, ora endurecendo, ora dirigindo-se à abertura política. Os partidos civis eram apenas dois: o partido do governo (Arena-

PDS) e a oposição consentida (MDB-PMDB), sendo somente coadjuvantes no cenário político.

Logo após o golpe, houve um debate no interior das Forças Armadas acerca das tendências do regime militar, se seria algo transitório ou se seria mais duradouro, dando origem ao processo revolucionário. Castelo Branco, o primeiro presidente militar, estava convencido de que a intervenção militar deveria ser transitória, porém foi atropelado pelos oficiais da linha dura que exigiam um processo revolucionário permanente. Com a posse de Costa e Silva e a publicação do AI 5 não havia mais dúvida de que a revolução seria permanente. O governo de Médici foi marcado pelo endurecimento ainda maior do regime, com os órgãos de segurança e informação atuando com toda a força para desativar os grupos considerados de oposição, sendo a tortura de presos políticos uma prática usual. Durante o governo de Geisel, iniciou-se um processo de liberalização política, levado adiante por Figueiredo. Nesta etapa, ocorre a reversão do processo revolucionário, com o abrandamento da censura e o reajustamento da área de segurança.

No interior das Forças Armadas, havia um confronto entre a corporação militar, em que predominavam os oficiais moderados, e a comunidade de informações, em que predominavam os radicais. Havia uma clara divisão interna, pois alguns setores não concordavam com os excessos praticados pelo regime. O endurecimento do regime foi baseado na doutrina de Segurança Nacional, citada acima, cuja estrutura permitiu a instalação e a manutenção de um Estado forte e de uma determinada ordem social. Esta ideia se baseava na guerra permanente entre comunismo e capitalismo iniciado após a segunda guerra. A Doutrina de Segurança Nacional tem suas origens na noção de segurança coletiva, inserindo-se na concepção de uma segurança hemisférica em face da ameaça comunista. Nesse contexto, os EUA se põem a promover uma aliança interamericana de defesa contra a subversão da ordem capitalista. Dessa forma, os EUA iniciaram um programa de assistência militar aos países da América Latina, pois a guerra era considerada total, devido ao fato de o antagonismo dominante encontrava-se também nas fronteiras nacionais. Partiam do pressuposto de que a agressão poderia vir tanto do exterior como do interior, de modo que o comunismo aparecia como infiltrado no interior dos países, justificando a repressão interior por órgãos de informação (Borges, *Ibidem*).

No início da década de 60, a doutrina da guerra total contra a subversão já aparecia nas Escolas de Comando do Estado-Maior pois, segundo os militares, já havia uma revolução comunista em marcha no Brasil. Por esta ótica, o golpe de 64 pode ser visto como um contra-golpe ao golpe de esquerda que seria feito por João Goulart. Ou interpretado como uma resposta dos setores dominantes, representados pelas elites nacionais e internacionais, à ameaça de interrupção do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os fenômenos sociais podem ser entendidos sob diversos pontos de vista e não se pode esgotar a explicação dos mesmos considerando-se somente um prisma, Portanto, a escolha de um viés explicativo deve conter em seu bojo a percepção de que se trata de um olhar sobre o fenômeno em questão, de modo que a instalação de um regime autoritário de direita em 1964 no Brasil pode ser analisado e abordado de diferentes formas, e comumente tem sido.

Mesmo levando-se em conta que fatores variados estiveram em ação, contribuindo para o desenlace, acredito que a motivação econômica é uma variável de extrema importância, direcionando a análise para a relação entre planos de desenvolvimento econômico e estrutura política. No período histórico do golpe de 64, havia certa rivalidade entre os setores da direita, que poderiam pôr a perder o objetivo, por parte de alguns grupos, de abertura econômica ao capital internacional. Nesse sentido, o discurso da ameaça comunista acaba servindo como uma luva para que surgisse um clima de instabilidade institucional propício à decretação de um regime autoritário, favorável ao projeto de desenvolvimento econômico pensado por um setor específico do empresariado. Este viés analítico de forma alguma esgota o problema, apenas se propõe como uma contribuição para a compreensão do fenômeno histórico abordado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Nilson. "A doutrina da Segurança Nacional e os governos militares". Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia (Org) *O Brasil Republicano*. RJ, Civilização Brasileira, vol 4, 2003.

- DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Petrópolis, Vozes, 1986.
- FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil-militar de 64". Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia (Org) *O Brasil Republicano*. RJ, Civilização Brasileira, vol 3, 2003.
- FIGUEIREDO, Argelina C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-64*. SP, Paz e Terra, 1993.
- FURTADO, Celso. *Análise do modelo brasileiro*. RJ, Paz e Terra, 1972.
- IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. RJ, Civilização Brasileira, 1979
- MENDONÇA, Sônia. *Estado e economia no Brasil: opções de desenvolvimento*. RJ, Graal, 1986
- TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de importações ao capitalismo financeiro*. RJ, Zahar, 1972

RESUMO: Este artigo tem por objetivo refletir sobre a relação entre regimes autoritários de direita e determinados planos de desenvolvimento econômico, tomando como foco de análise o golpe de 64 no Brasil. Aborda-se uma estratégia de desenvolvimento centrada no capital internacional defendida pelos setores que apoiaram o golpe, em contraposição a modelos voltados para a nacionalização da economia, preconizada por segmentos à esquerda no período em questão.

PALAVRAS-CHAVE: Autoritarismo, Plano econômico, Capital Internacional.

\* Professora Adjunto II da Universidade Federal Fluminense, no Instituto de Ciências da Sociedade, no Departamento de Ciências Sociais. Polo Campos dos Goytacazes.